

HABEAS CORPUS Nº 493.798 - RJ (2019/0045601-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEX ARAUJO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEX ARAUJO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0125021-71.2017.8.19.0038).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 6 anos, 6 meses e 9 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (e-STJ fls. 52/55).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para exasperar a pena-base em menor extensão e reconhecer a atenuante da confissão espontânea, razão pela qual a pena do paciente foi redimensionada para 5 anos e 6 meses de reclusão e multa, mantido o regime inicial fechado (e-STJ fls. 10/26). Segue a ementa do acórdão:

APELAÇÃO - ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO – ART. 157, § 2º, II E § 2º-A, I, DO CÓDIGO PENAL – SUBTRAÇÃO DE UMA MOTOCICLETA YAMAHA XJ6 - PRISÃO PREVENTIVA - CONDENAÇÃO – ABSOLVIÇÃO – NÃO CABIMENTO - MATERIALIDADE E AUTORIA PLENAMENTE COMPROVADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO – CRIME PATRIMONIAL – ESPECIAL RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA -

RECONHECIMENTO FEITO PELA VÍTIMA EM JUÍZO – CONFISSÃO DO APELANTE EM SEDE POLICIAL - IMPOSSÍVEL O AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO RELATIVA AO EMPREGO DE ARMA VEZ QUE DESNECESSÁRIA A APREENSÃO E A PERÍCIA DO ARTEFATO BÉLICO UTILIZADO NO ROUBO QUANDO A PROVA TESTEMUNHAL É SEGURA E FIRME – CONCURSO DE PESSOAS SOBEJAMENTE COMPROVADO NOS AUTOS ATRAVÉS DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA - PROVADA A COOPERAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CRIME, DEVE INCIDIR A REFERIDA CAUSA DE AUMENTO - HIPÓTESE QUE NÃO CONFIGURA ABOLITIO CRIMINIS – ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO QUE NÃO DEIXOU DE SER PUNIDO PELA LEGISLAÇÃO, MUITO PELO CONTRÁRIO, PASSOU A SOFRER PUNIÇÃO AINDA MAIS SEVERA, ASSIM NÃO HOVE ABOLITIO CRIMINIS, COMO QUER FAZER CRER A DEFESA – CONTINUIDADE NORMATIVA-TÍPICA NA MEDIDA EM QUE A CONDUTA DE SUBTRAIR COISA ALHEIA MÓVEL MEDIANTE VIOLÊNCIA OU AMEAÇA EXERCIDA COM O EMPREGO DE ARMA DE FOGO CONTINUA SENDO TIPIFICADA, CONQUANTO EM OUTRO DISPOSITIVO LEGAL (ART. 157, §2º-A, I, DO CP) – AUMENTO PREVISTO NO §2º-A, I, DO CP QUE POR SER MAIS GRAVOSO NÃO FOI APLICADO AO RÉU - DOSIMETRIA PENAL QUE COMPORTA AJUSTES – REDUÇÃO DA PENA-BASE QUE SE IMPÕE – HAVENDO APENAS UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL E, NÃO HAVENDO JUSTIFICAÇÃO IDÔNEA PARA O AUMENTO APLICADO REDUZO PARA 04 ANOS, 06 MESES DE RECLUSÃO E 11 DIAS-MULTA – NA 2ª FASE, AUSENTE CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE, MAS PRESENTE A ATENUANTE DA CONFISSÃO E, NÃO TENDO A PENA-BASE SIDO FIXADA NO MÍNIMO LEGAL, REFORMO A SENTENÇA E, REDUZO A RESPOSTA PENAL EM 06 MESES E 1 DIA, RECONDUZINDO A PENA, NESTA FASE INTERMEDIÁRIA, AO MÍNIMO LEGAL DE 04 ANOS DE RECLUSÃO E 10 DIAS-MULTA - NA 3ª FASE, AUSENTES CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA, MAS PRESENTES AS CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NO ART. 157, § 2º, II (CONCURSO DE PESSOAS) E § 2º-A, I, (EMPREGO DE ARMA DE FOGO) DO CP, A PENA FOI ELEVADA NA FRAÇÃO DE 3/8 (TRÊS OITAVOS), O QUE CONDUZ A PENA FINAL AO PATAMAR DE 05 ANOS E 06 MESES DE RECLUSÃO E 13 DIAS-MULTA - REGIME FECHADO FIXADO CORRETAMENTE - REGIME MAIS BRANDO NÃO SE COADUNA NEM SE MOSTRA O MAIS ADEQUADO COMO RESPOSTA PENAL DO ESTADO - O EMPREGO DE ARMA E A PLURALIDADE DE AGENTES

DEMONSTRAM A MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO APELANTE, POIS IMPORTA EM INCREMENTO DO RISCO EXPERIMENTADO PELA VÍTIMA, TANTO EM RELAÇÃO AO SEU PATRIMÔNIO QUANTO À SUA INCOLUMIDADE FÍSICA, BEM COMO NAS CHANCES DE SUCESSO DO EMPREENDIMENTO CRIMINOSO – CONSIDERANDO O QUANTUM DE PENA APLICADO E AINDA A VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA DO DELITO PRATICADO, IMPOSSÍVEL À SUBSTITUIÇÃO DA PENA OU O SURSIS – PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DEFENSIVO PARA REDUZIR A PENA-BASE, COM APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA, COM REFLEXOS NA DOSIMETRIA PENAL.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/9), a impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, na medida em que o regime prisional mais gravoso não possui lastro em fundamentação idônea. Afirma que a gravidade abstrata do delito não justifica o recrudescimento do regime e destaca que a condenação não excede 8 anos, razão pela qual o paciente faz jus ao regime semiaberto.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que o regime prisional seja alterado para inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois o regime prisional mais gravoso, a princípio, possui lastro em fundamentação concreta.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

